

RESENHAS

bell hooks e a experiência do pensamento crítico: da teoria à prática na sala de aula

 Viviane Magno Ribeiro*

Resumo: Esta resenha tem como objetivo apresentar ao leitor e à leitora a obra mais recente traduzida no Brasil da teórica e professora estadunidense bell hooks. A publicação da obra “Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática”, em agosto de 2020, ocorreu no contexto da pandemia de COVID-19 e da transferência das salas de aula para o ambiente virtual. No presente texto, propõe-se refletir o conteúdo do livro de bell hooks à luz da experiência com o ensino remoto e das possíveis limitações que tal meio representa ao ensino do pensamento crítico. Um dos motivos de tais limitações reside, justamente, em um dos aspectos mais interessantes do livro, o qual indica que não basta a transmissão de um conhecimento crítico na sala de aula. Assim, a obra acena para a necessidade e a possibilidade de docentes desenvolverem não apenas linhas teóricas críticas, mas também modos de cultivar uma genuína experiência de formação antirracista, antipatriarcal e anticapitalista em sala de aula.

Palavras-chave: Educação. Ensino. Pedagogia Crítica. Racismo. Pensamento Crítico. Paulo Freire.

* Doutora em teoria do estado e direito constitucional pela PUC-Rio e professora de Filosofia do Direito na PUC-Rio. Contato: vivianemagno@puc-rio.br

Os estudos sobre a recepção de uma obra são, geralmente, realizados muitos anos depois a partir de um olhar histórico. No caso do livro de bell hooks, *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*, publicado no Brasil em agosto de 2020, ainda que a proximidade temporal impeça uma análise deste tipo, o contexto no qual esta publicação se deu provoca e, talvez, torne imprescindível, uma reflexão sobre o significado de sua chegada ao público brasileiro nesse momento.

As necessárias medidas sanitárias adotadas para contenção da pandemia de COVID-19 levaram escolas e universidades a realizarem suas atividades, o tanto quanto possível, de forma remota. No ano de 2020, aqueles professores que puderam manter sua atividade docente o fizeram sob a precariedade de salas de aula desmaterializadas, turmas desintegradas e, na maior parte das vezes, aulas ministradas às escuras com discentes desconhecidos entre si e escondidos atrás de telas pretas silenciosas.

O objetivo do livro de bell hooks é a construção de um cenário oposto ao descrito acima. Ao discorrer sobre as maneiras de ensinar um pensamento crítico, contribuindo com sua própria sabedoria prática a esse tema, bell hooks tem no horizonte o que denomina tantas vezes ao longo da obra como o processo de “construção de uma comunidade na sala de aula”, mediante uma “pedagogia engajada”, que produz aprendizagens, tanto docentes como estudantes autônomos, “capazes de participar inteiramente da produção de ideias”, a criação de uma “atividade comum”. Utopia frente a um cenário presente distópico?

Se não tomarmos a total impossibilidade da construção desses objetivos no momento atual enquanto obstáculo ou realidade paralisante, mas sim como uma possibilidade ainda em aberto a ser realizada em um futuro próximo, ou como uma oportunidade de parada para redefinição de nossas relações pedagógicas, então temos em mãos um livro, por assim dizer, terapêutico.

Antes de esclarecermos a afirmação sobre esse caráter da obra, vale tecer algumas notas sobre a trajetória biográfica e acadêmica da autora. bell hooks¹, batizada como Gloria Jean Watkins, nasceu, em 1952, no sul dos Estados Unidos, “em um lar da classe trabalhadora (...) de uma família patriarcal”, mas que acreditava no “poder dos livros” (hooks, 2020, p. 197).

O seu percurso de vida confunde-se com importantes páginas da história estadunidense. A educação primária de hooks foi marcada pelas divisões segregacionistas raciais em uma escola frequentada apenas por pessoas negras. Sua educação secundária se deu na passagem para a dessegregação, quando, para alcançar esse objetivo, “estudantes negros eram forçados a

se levantar mais cedo que de costume e ir de ônibus para a escola ‘branca’, onde seríamos amontoados no ginásio e obrigados a esperar que os estudantes brancos chegassem e entrassem na escola primeiro” (hooks, 2020, p. 128).

Posteriormente, a autora da obra em questão teve seu ingresso na universidade (Stanford) e na pós-graduação (Universidade da Califórnia) garantida pela “poderosa luta antirracista por direitos civis” da década de 1960 e marcada pelos questionamentos feministas de “mulheres negras visionárias” em relação ao pensamento e aos vieses machistas na educação que “criaram uma das mais incríveis revoluções culturais não violentas que nossa nação conheceu” (hooks, 2020, p. 145).

As marcas dessas revoluções, assim como a contribuição mesma da autora para que elas ocorressem, desdobram-se nas suas mais de trinta obras, as quais dedicam-se ao pensamento feminista, às questões de raça, gênero, classe e sexualidade, bem como à crítica cultural. Para o ensino, destaca-se a trilogia de sucesso formada pelos livros, *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade* (1994)², *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança* (2004)³ e o último recém-lançado pela Editora Elefante.

Segundo a autora, essa trilogia, vinda de alguém de fora da área, expressou o desejo de “explorar as conexões entre pedagogia engajada e questões de raça, gênero e classe social, assim como o impacto do trabalho de Paulo Freire em minhas reflexões” (hooks, 2020, p. 26). A influência do “patrono da educação brasileira”⁴ é pujante nos títulos e nas ideias presentes nas obras e explorada de maneira luminosa por Sérgio Haddad no prefácio à edição brasileira do *Ensinando pensamento crítico*⁵.

O gerúndio presente nos títulos indica a abordagem freireana do ensino compromissada com a práxis e a transformação. Dentre os três livros, contudo, o que guarda mais relação com a prática é, de fato, o último, o que se explica pelo seu formato. O livro consiste numa coletânea de reflexões e respostas dirigidas a questões concretas apresentadas por professores e estudantes à autora. Tais respostas, que versam sobre uma gama variada de assuntos, estão condensadas nos 32 capítulos do livro chamados de “Ensinaamentos”. Cada ensinamento, por sua potência de conhecimento concentrado (resultado de anos de pesquisa e docência), e pelo tratamento dado às dúvidas apresentadas e por sua objetividade e precisão, funciona como pequenas doses terapêuticas, conduzindo o leitor e à leitora por um caminho de autorreflexão sobre sua própria prática de ensino e de aprendizagem.

Como agir para incentivar discentes participarem

mais ativamente dos debates? O que fazer se uma aluna branca se negar a discutir em sala criticamente sobre questões ligadas à raça e classe social? E se um professor branco colega convidado a uma discussão desatar a falar, não deixando espaço para outras falas? “Podemos corrigir e questionar estudantes brancos sem cair na armadilha de estereótipos racializados (...) como a megera preta raivosa e má” (hooks, 2020, p. 156)? Como lidar com a presença do desejo, dos corpos e do eros na sala de aula? Podemos aprender com escritores racistas e machistas? Qual o papel da conversação pessoal, do humor e da imaginação nas aulas?

Estas são amostras das perguntas que movem os ensinamentos da obra, alguns que perpassam temas aparentemente triviais sobre inseguranças pessoais, inteligência emocional e autoestima (e na maior parte das vezes silenciados por todos), e outros que atingem assuntos politicamente comprometidos e tabus. É claro que a autora não oferece um simples manual de conduta ou um protocolo do que fazer ou falar em determinadas situações. Como dito, o valor do livro está em conduzir os leitores, a partir de memórias pessoais, relatos de experiências profissionais e da erudita base teórica da autora, a uma reflexão profunda sobre as práticas de ensino.

bell hooks retoma temas já explorados nos dois livros anteriores sobre os impactos do colonialismo no campo da educação, da manutenção das estruturas hierárquicas e de dominação no espaço educacional. Nesse ponto, vale combinar sua leitura à da obra do professor brasileiro Silvio Almeida, *O que é racismo estrutural* (2018), pela qual entendemos que o racismo é decorrência da própria estrutural social. Por estrutura não devemos conceber algo estático, mas fenômeno – as estruturas são produtivas, estruturantes, i.e., são as raízes e galhos constituintes de nosso processo histórico, social, político, econômico e cultural, que, por sua vez, formam e socializam indivíduos e instituições e se atualizam a todo tempo no presente. Segundo, Almeida, “o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Seja no conteúdo curricular, nas ideias em circulação, ou nas relações dentro e fora de sala entre docentes e entre professores e estudantes, sobretudo em salas de aula com fortes diferenças de classe social, raças e etnias, em todos os seus âmbitos, o espaço da educação reproduz o sistema dominante. hooks aborda com precisão o fenômeno da “transformação da educação em ferramenta de colonização em massa, a cultura do dominador basicamente transformou a sala de aula (...) A miríade de formas pelas quais a

educação estava estruturada para reforçar a supremacia branca, ensinando a crianças brancas ideologias de dominação e a crianças negras ideologias de subordinação” (hooks, 2020, p. 53).

Por isso, para a autora, falar em descolonização não implica apenas a recusa leviana e simplista a autores, livros, textos, em síntese, ao que “vem de fora”. A seu ver, o mais importante é o combate à reprodução das relações coloniais que se conservam, muitas das vezes, de modo silencioso e imperceptível. No “Ensinamento 17: negra, mulher e acadêmica”, a autora nos oferece um exemplo ao relatar as histórias reais de desprezo com que professoras negras são tratadas por conta do racismo internalizado de seus estudantes e colegas (inclusive negros), que partem do “pressuposto de que a ‘branquitude’ permite que sejam vistos como pessoas que sabem mais (...) e, portanto, que têm direito de questionar e desafiar de maneira desrespeitosa” (hooks, 2020, p. 155). E a autora explica: “como o machismo racializado socializou a maioria das pessoas brancas, inclusive estudantes, para ver mulheres negras como pessoas que deveriam ser cuidadoras subordinadas, ‘mães pretas simbólicas’, afirmar esse não merecido privilégio branco em sala de aula, consciente ou inconscientemente, é uma das formas de restabelecer a supremacia branca” (hooks, 2020, p. 155).

Neste mesmo ensinamento, a autora esclarece que a supremacia branca pode se impor até mesmo entre aqueles que não são racistas ou que estão dispostos a colaborar com as transformações necessárias. Este fato chama a atenção mais uma vez para o caráter imperceptível de nossos atos – pelos quais, muitas vezes sem nos darmos conta, restabelecemos a supremacia branca. Daí, “a fim de compreender completamente essa dinâmica, é útil reconhecer”:

A diferença entre supremacia branca e racismo. Supremacia branca é a base para o pressuposto de que pessoas negras são intelectualmente inferiores ou não são iguais a seus colegas brancos. Mas isso não significa, necessariamente, que pessoas brancas que pensam dessa forma buscam dominar professores negros a partir de uma posição de discriminação racista. Vários de meus colegas brancos acadêmicos expressam o desejo de viver e trabalhar em espaços com mais diversidade, ter pessoas negras como colegas, mas isso não significa que desaprenderam o pensamento supremacista branco. (...) As dificuldades surgiram e surgem em relação a crenças alimentadas inconscientemente e pressupostos enraizados na supremacia branca (noções de que pessoas negras são inferiores academicamente ou de que pessoas negras serão racistas se criticarem a branquitude e os privilégios brancos) (hooks, 2020, p. 157).

Por isso, em suma, hooks defende a ideia de que

descolonizar está ligado muito mais à mudança necessária nas “maneiras de pensar, falar e se relacionar, transformação na ação pelas quais reproduzimos o autoritarismo presente em nossas sociedades” (hooks, 2020, p. 59). E este, como a própria assinala, é um processo contínuo e de longo prazo:

Seríamos todos muito mais bem sucedidos em nossas lutas para acabar com o racismo, machismo e exploração de classe se tivéssemos aprendido que a libertação é um processo contínuo. Somos bombardeados diariamente por uma mentalidade colonizadora – poucos de nós conseguimos escapar das mensagens oriundas de todas as áreas de nossa vida –, uma mentalidade que não somente molda consciências e ações, mas também fornece recompensas materiais para submissão e aquiescência que superam em muito quaisquer ganhos materiais advindos da resistência, de modo que precisamos estar constantemente engajados em novas maneiras de pensar e de ser (hooks, 2020, p. 57).

A tarefa, portanto, está em aberto, refere-se ao campo da ação, ao que fazer a cada dia e no futuro. É justamente pelas dúvidas e ensinamentos concretos presentes no livro que somos jogados no realismo do campo da experiência, quando se trata não apenas de discorrer sobre, mas de viver as diferenças de classes sociais e raciais no dia-a-dia da sala de aula.

Ou seja, bell hooks nos lança à dimensão comum dos gestos, das palavras ditas e não ditas, dos sentimentos conflituosos (culpa, vergonha, recalque⁶, etc.), das estruturas de pensamento e, o mais importante, dos modos que nós mesmos, por vezes, funcionamos como polos replicadores de autoritarismo, relações de dominação e reprodutores deste sistema hegemônico, caracterizado tantas vezes pela autora como “patriarcal imperialista supremacista branco”, em nossas relações sociais.

Não basta saber e discorrer sobre pensamento crítico, esse é apenas o primeiro passo. Sua questão é como praticar uma educação antirracista, antipatriarcal e anticapitalista diante da realidade nua e crua de um mundo que existe determinado por esse mesmo sistema que almeja-se enfrentar. Como abrir frestas, talhar rupturas e imaginar junto um novo mundo?

Sem dúvida temos hoje um aparato teórico crítico consistente o bastante para fazer diagnósticos locais e abordar tais temas em aula. Resta a pergunta de como proceder a mudanças reais. No que diz respeito

ao pensamento crítico, salienta hooks que a tarefa do professor não é apenas despejar o conhecimento, afinal, já é comum os alunos se portarem como “consumidores de informação”, com pavor de ter de pensar.

Assim, a autora nos alerta para o fato de que, frente a um certo imobilismo e resignação comum por parte dos estudantes, precisamos refletir, antes, acerca dos modos de criar as condições de possibilidade para que o pensamento crítico possa ser instigado e cultivado.

Afinal, “estudantes não se tornam pensadores críticos da noite para o dia”. Por isso, “primeiro, eles precisam aprender a aceitar a alegria e o poder do pensar propriamente dito. A pedagogia engajada é uma estratégia de ensino que tem por objetivo recuperar a vontade dos estudantes de pensar e a vontade de alcançar a total autorrealização. O foco central da pedagogia engajada é capacitar estudantes para pensar criticamente” (hooks, 2020, p. 33).

Para professores, professoras e estudantes, todos os ensinamentos contidos no livro nos lembram algo urgente: isto é, que o trabalho intelectual é e deve ser imaginativo, que o trabalho da crítica não é apenas de desconstrução, mas também de “criação de novas maneiras de iluminar e enxergar o mundo” (hooks, 2020, p. 212). Para tanto, “a fim de encontrar essas novas formas de pensar e de enxergar, Malcolm X nos ensinou que devemos ‘enxergar uns aos outros com novos olhos’, que temos que ‘mudar nossas próprias mentes’” (hooks, 2020, p. 218). Não é à toa que importantes nomes da literatura e da produção cultural estadunidense, como por exemplo James Baldwin, Toni Morrison, Audre Lord, Octavia Butler e Pat Parker, são convocados ao longo do livro para esse trabalho.

Esta nos parece ser a criação da “atividade comum”, mencionada no início da presente resenha, que bell hooks tem no horizonte. A presente obra, assim, após tantos livros sobre teoria crítica, funciona como um elo importante na necessária e profícua combinação entre a teoria e a prática. Que nos lembra que os formatos remotos e os ensinamentos à distância são em muitos sentidos limitadores de tal prática, na medida em que para ensinar o pensamento crítico é necessário de toda a dimensão material e de convívio citadas acima. É um livro que convida o e a leitora para esse exercício do amanhã, mediante o qual ensinar e aprender tornam-se um movimento comum e emancipatório. ■

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

HOOKS, bell. Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática. Tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

Notas

- 1 A autora adotou esse pseudônimo pelo qual ficou conhecida em homenagem à sua bisavó, Bell Blair Hooks. A grafia de seu nome se dá utilizando-se letras minúsculas pelo desejo da autora em transferir a atenção de sua personalidade para suas ideias.
- 2 Lançada no Brasil pela Martins Fontes, em 2013. O título original é Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom.
- 3 A ser lançado em 2021 pela Editora Elefante.
- 4 Lei nº 12.612 de 2012.
- 5 Prefácio à edição brasileira "Paulo Freire e bell hooks: um encontro permanente".
- 6 Nesse ponto, vale combinar a leitura de hooks à de Lélia Gonzales, no clássico texto em que aborda a neurose cultural brasileira, cujas sintomáticas se expressam no racismo e no sexismo (GONZALES, 1984).